

A. I. N.º - 9338365/04
AUTUADO - COMERCIAL DE ALMENTOS CRUZ NETO LTDA.
AUTUANTE - TELMA PIRES CIDADE DE SOUZA
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 09. 11. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0429-04/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 12/08/04, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, conforme Termo de Ocorrência lavrado com origem em Denúncia Fiscal, exigindo-se a multa no valor de R\$ 690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 16, dizendo que o valor encontrado a maior no caixa era para troco. Alega que o único erro ocorrido, foi o fato da funcionária do caixa não ter registrado o referido valor. Ao final, afirma que nunca efetua venda sem emitir a nota fiscal.

A autuante, em informação fiscal (fls. 24 e 25), mantém a autuação, dizendo que o autuado não traz, em sua peça de defesa, provas de suas alegações. Informa que estando o autuado enquadrado no SIMBAHIA, como EPP, fica o mesmo obrigado a emitir notas fiscais de saídas nas suas operações de vendas, conforme prevê o art. 408-C, V, do RICMS/97, que transcreve. Esclarece que a fiscalização chegou ao estabelecimento autuado sem se identificar, de início, efetuando compra, sendo que não foi fornecido o documento fiscal. Aduz que todo esse fato encontra-se registrado na apuração da Denúncia Fiscal nº 5014/04 (fl. 08), ocorrida em 20/07/04, através do Termo de Ocorrência à fl. 06. Ao final, transcrevendo, ainda, os artigos 218, I e 220, I, do mesmo regulamento acima citado, pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

Apesar da autuante não ter acostado aos autos o Termo de Auditoria de Caixa, que seria a prova mais evidente do procedimento irregular do autuado, uma vez que a diferença positiva encontrada no caixa, corresponde à venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível, a própria peça defensiva é uma confissão expressa do cometimento da infração.

A alegação do sujeito passivo de que o valor encontrado a maior no caixa era para troco, não pode ser acatada, tendo em vista que o contribuinte não acostou aos autos qualquer prova de sua alegação, nem declarou qualquer valor de saldo de abertura de caixa no momento da ação fiscal.

Vale ainda ressaltar, que o Termo de Ocorrência lavrado pela autuante à fl. 06, devidamente assinado pela responsável pelo estabelecimento autuado, consta que o contribuinte foi flagrado efetuando vendas sem a emissão de notas fiscais, inclusive em compra efetuada por preposto fiscal, sendo que a operação em tela teve origem na Denúncia Fiscal nº 5014/04, de 15/07/04 (fl. 08).

Pelo que dispõe os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **9338365/04**, lavrado contra **COMERCIAL DE ALIMENTOS CRUZ NETO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de outubro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA